

editorial
editorial

entrevista
interview

ágora
agora

tapete
carpet

artigo nomads
nomads paper

projeto
project

expediente
credits

próxima v!rus
next v!rus

TAPETE
CARPET

A ESPACIALIZAÇÃO DA BUNDA E A RESSEXUALIZAÇÃO DA CIDADE
THE BUTT SPATIALIZATION AND THE RESEXUALIZATION OF THE CITY
ANA PAULA BOSCATTI

V!22

REVISTA V!RUS
VIRUS JOURNAL

issn 2175-974x
julho . july 2021



Ana Paula Garcia Boscatti é graduada em Comunicação Social e Ciências Sociais, tem mestrado em Sociologia com ênfase em estudos de gênero e sexualidades e doutorado interdisciplinar em Ciências Humanas. Atualmente é membra do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Florianópolis (UFSC). Tem pesquisas voltadas para os Estudos Culturais e os Estudos de Gênero, especialmente direcionadas para Teoria queer, Cultura Visual, Cultura de Massa, Nacionalismos, Relações de Poder e Consumo. anaboscatti@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/6432204346061702>

PT | EN

Como citar esse texto: BOSCATTI, A. P. G. A espacialização da bunda e a ressexualização da cidade. **VIRUS**, São Carlos, n. 22, Semestre 1, julho, 2021. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus22/?sec=5&item=117&lang=pt> Acesso em: dd/mm/aaaa.

ARTIGO SUBMETIDO EM 7 DE MARÇO DE 2021

Resumo

Este trabalho busca entender como a bunda se caracterizou como um signo codificado em espaço, o que permitiu que uma imensa rede de produtos criassem sentido a partir do corpo feminino e do Rio de Janeiro. A expansão da cultura de massa, a partir dos anos 1970, remodelou a imagem do Rio de Janeiro negociando a bunda feminina como um significante possível de uma cultura latinoamericana que associava as fantasias coloniais, o avanço do neoliberalismo e a pornografia. Para isso, os dispositivos culturais espacializam a bunda e a vinculam à cidade, capturando o corpo da "brasileira" (encarnado na carioca das classes médias brancas), a fim de inscrever padrões sexuados na promoção de imaginários locais e globais. A pesquisa se ampara metodologicamente no conceito de sexopolítica de Paul Preciado, buscando entender formas dominantes da ação biopolítica no capitalismo contemporâneo, no qual o sexo e as tecnologias de normatização das identidades sexuais atuam como agentes do poder. Este artigo pretende, portanto, retratar caminhos sobre os quais a sexopolítica brasileira estabeleceu uma cultura de normatização das identidades de gênero atreladas às representações da cidade, imprimindo, através da bunda, valores relacionados à brasilidade enquanto padrão estético e como heteronorma.

Palavras-chave: Bunda, Rio de Janeiro, Espaço, Heteronormatividade, Cultura visual

A partir dos anos 1970, a cidade do Rio de Janeiro foi discursivamente manipulada para visibilizar uma imagem do Brasil, que emergia nos imaginários globais como uma utopia sexual. Para isso, mercado, mídia e Estado capitalizaram a ideia da "mulher brasileira" recorrendo à carioca bronzeada – porém branca – das classes médias como um modelo regulador de nacionalidade. Essa relação entre corpo, espaço e nação também encontrou sentido a partir de outro signo: a bunda. Ela passou a operar como significante do Rio de Janeiro a fim de produzir sentido e conectar outros signos que, rizomaticamente, lhe atribuíam sentido e um estatuto de verdade "nacional", ou seja, a bunda era parte da natureza brasileira. Michel Foucault (2006, p. 236) buscou entender as formas ou as condições de surgimento de discursos que poderiam ser considerados verdadeiros ou falsos, percebendo o conjunto de regras de produção da verdade acerca de algo. O livro "A história da sexualidade" (1988) debateu a emergência da ciência e do Estado Moderno como os principais motores no regime de produção de verdades, determinando e atuando na gestão, por exemplo, do que era a normalidade e do que era desvio sexual.

A administração da vida humana foi fundamental para um tipo de poder regulador que passou a calcular tecnicamente a vida, em termos de população, de saúde ou de interesse nacional, o que Foucault chamou de biopolítica (2008). Paul Preciado (2011) interpreta que foi em meados do século XX o momento em que as mídias e os mercados passaram a agir como regimes de produção de verdade. A centralidade das mídias e da cultura de massa, a partir da leitura de Preciado, garantiram o que o autor chamou de sexopolítica (PRECIADO, 2011, p. 12): "uma transformação da ideia de biopolítica de Foucault em que os órgãos chamados "sexuais", as sexualidades e também os códigos de masculinidade e de feminilidade passaram a fazer parte dos jogos de poder". Preciado esclarece que os órgãos sexuais, a reprodução e os papéis de gênero não podem ser reduzidos a processos "biológicos" de reprodução da vida. Nesse sentido, os dispositivos sexopolíticos como a representação pornográfica, por exemplo, ao inscreverem a didática heterossexual nas relações sociais atuaram diretamente como uma ferramenta do poder.

Essa transformação do regime de poder pode ser chamada de farmacopornografia, Preciado (2010, p. 115) entende que esse modelo se desenvolveu depois da Segunda Guerra Mundial com a emergência de técnicas de reconstrução corporal, a pornografia como cultura de massa e o comércio farmacológico do corpo, que passaram a agir na produção da subjetividade. Nesse sentido, mídia e mercado passaram a regular a vida. Esse regime de poder espacializou cada parte do corpo para que ela se tornasse uma engragem do mundo neoliberal. A bunda tornou-se, portanto, territorializada e generificada, ou seja, atribuiu-se a ela um gênero para que ela ganhasse um sentido: o sexo heterossexual com mulheres, frente ao pânico anal que o sexo homossexual entre homens poderia gerar. A bunda foi parte desse cálculo do poder, se tornando um produto da cultura massa que traduzia modelos de feminilidade, sexualidade, raça, classe e nacionalidade. Desta forma, essa pesquisa se situa metodologicamente na interpretação de alguns signos culturais, entendendo-os como parte de um regime de produção de verdades, de modo que imagens e produtos culturais que circularam a partir da transformação das políticas de cultura no Brasil, nos anos de 1970 e 1980, conectaram produções discursivas sobre nacionalidade, sexo, gênero e raça.

Entretanto, essa é uma relação entre corpo e cidade, não é nova, ao contrário, é uma ferramenta discursiva muito comum aos países do Sul Global. A experiência colonial e suas dinâmicas de poder que envolviam raça, classe e gênero produziram fantasias e fetiches sexo-raciais aos colonizadores. Algumas outras experiências latino americanas e caribenhas também são atravessadas por representações marcadas por tensionamentos neocoloniais. Neste sentido, em Cuba, durante a segunda metade do século XIX e começo do XX, a figura da mulher negra foi central para as disputas em relação aos parâmetros de civilização e barbárie presentes no debate intelectual sobre a construção da identidade nacional cubana, como analisa Giselle dos Santos (2016). Por meio das relações inter-raciais, a mulata simbolizou uma tensão entre encaminhar a nação em direção ao progresso (branquitude) ou ao retrocesso (negritude). Portanto, havia uma vigilância e controle em relação ao corpo e à sexualidade das mulheres negras. A associação historicamente construída entre Havana e o trabalho sexual garantiu o título de Burdel del Caribe a partir do final do século XIX, o que produziu uma relação entre sexo-raça e cidade.

A experiência colonial, de maneira geral, revelava fantasias fabricadas em relação à natureza, a associando à terra virgem que foi descoberta, penetrada. Ideia que atravessou as diferentes representações sobre essa utopia sexual pública e que pode ser explicada através do conceito de pornotrópicos (MCCLINTOCK, 1995, p. 43). Ele pode ser explicado através das fantasias, fetiches, obsessões, práticas sociais, hierarquias de classe, trabalho, raça e gênero que colocaram os povos colonizados sob a erótica do alumbramento. Assim, os pornotrópicos, de fato, estabeleceram uma fantasia tropical bem distante da realidade, ecoando sobre as incertezas e inseguranças desses Novos Mundos e sobre os que habitavam por aqui. O fato é que esse imaginário se estabeleceu *a priori* e hierarquizou as relações entre colonizados e colonizadores, produzindo, por exemplo, distâncias entre as categorias de raça, de classe e de sexo. Anne McClintock interpreta que a religião, o dinheiro e a sexualidade foram arranjados em torno da ideia de "fetichismo racial", uma vez que a imaginação moderna se deslocou para incorporar a noção de primitivo.

A autora, fazendo uma referência a Pietz, indica que a invenção do fetichismo racial tornou-se central para o regime de vigilância sexual, enquanto o policiamento do fetichismo sexual passou a ser prioridade para o policiamento das classes perigosas tanto na Europa como nas colônias. Povos colonizados eram vistos como desviantes sexuais, enquanto os desviantes de gênero eram vistos como desviantes raciais. (MCCLINTOCK, 1995, p. 272). Fetichizar os povos colonizados era prática frequente nas narrativas dos viajantes. Esses autores viam as religiões “fetichistas” como os primeiros estágios da evolução. Posteriormente, a expansão do comércio e dos interesses imperiais tornou o fetichismo um elemento central para o expansionismo. Frente à tradição pornotrópica, as mulheres figuravam aberrações sexuais e humanóides de todo tipo. O fetichismo implicado na situação do encontro e no descobrimento colonial foi um mapeamento da terra virgem que se deu através da analogia da cena sexual da origem. A ideia frequente da terra virgem era também a reiteração da ideia da terra vazia.

Os exploradores quando atravessavam as perigosas fronteiras de mundos desconhecidos e imaginados, ritualmente tornavam femininas suas fronteiras e limites. Nas narrativas coloniais, era bastante comum a erotização do espaço virgem, o que permitiu que o território fosse apropriado, sobretudo a ideia de esvaziamento da terra colocou em questão a não propriedade dos povos que aqui habitavam, em relação aos direitos por territórios como populações originárias. Garantindo, portanto, que o homem branco mantivesse seu patrimônio, fosse pela fecundação sexual (estupros, na maioria das vezes), fosse pela intervenção militar violentamente instaurada. Assim, os relatos trouxeram elementos que atravessavam o mito do descobrimento, cartograficamente mapeada tal como o corpo e sexualidade de uma mulher, amparados sob a ideia de natureza. Sherry Ortner (1979) analisa como a cultura busca sempre controlar e transcender a própria natureza, ao transformar as mulheres em parte dessa natureza para culturalmente achar “natural” subordiná-las ou oprimí-las.

No artigo de Antônio Bispo (2015) observa-se que o relato de viajantes e naturalistas que vinham recolher e catalogar a diversidade da fauna e da flora, na maioria das vezes, foram seduzidos por uma ideia de exotismo de uma natureza exuberante e encantadora, na qual morros, mares e oceanos eram tomados pelo delírio de uma ficção erótica sexo-tropical. Diversas regiões do Rio de Janeiro foram genericadas e sexualizadas, como no relato sobre a Tijuca: “altaneira e serena, seduzindo os homens com delírio verde, para Laranjeiras, ou Santa Teresa, que viveriam enciumadas a requestrar o coração do Corcovado” (BISPO, 2015, online). Assim, o viajante, que buscava penetrar nas terras nacionais em busca de todo tipo de aventura, poderia encontrar, na exuberância da terra, a fantasia sobre a mulher “(...) ao pregão alviçareiro que elle lança aos céos, o turista de outras terras accode pressuroso, avido por apreciar os encantos de que tanto ouviu falar” (BISPO, 2015). Essas representações, fantasias e obsessões passaram a ser reincorporadas no cenário urbano e cooptadas por regimes de poder, a fim de produzirem estatutos de verdade sobre a cidade.

Um exemplo disso aconteceu no início do século XX, quando as narrativas coloniais foram englobadas no espaço urbano para promover a ideia de um Rio de Janeiro moderno, nos moldes franceses. Claudia Oliveira (2008, p. 203) indica que a ideia de “Rio femme – mulher” relacionou, nas três primeiras décadas do século XX, todo um imaginário em torno da relação da cidade moderna e a representação da feminilidade branca por parte de cronistas de importantes revistas. Nesse contexto, a associação entre mulher (das elites brancas) e cidade foi reelaborada para legitimar a ocupação daquelas que ganhavam o espaço público. Deste modo, diferente das narrativas coloniais, o controle dos atos e comportamentos das mulheres no espaço público garantiriam a vitória da civilização em relação à natureza (que foi associada historicamente às elas). Por conseguinte, podemos pensar que o espaço geográfico encarnado tanto em morros, mares e o espaço arquitetônico figurado através de monumentos e construções, são também produtos de uma cultura visual marcada e produzida pela experiência da história e seus marcadores de gênero, sexo e raça.

Corpo, natureza e geografia se intersectam no que Euler e Denise Siqueira (2011) chamaram de paisagem corporal, uma composição que fundia corpo e cidade no cartão postal, traduzida em uma sucessão de representações repetidas sobre “a cidade maravilhosa” e as suas “garotas de Ipanema”. Essas personagens disseminavam novos marcos de visibilidade sobre o Brasil, o que permitiu que também atuassem como dispositivos de nacionalidade em contextos globais.

2 Um subproduto da cultura de massa

A invenção da bunda como elemento codificado no espaço permitiu que uma imensa rede de outros produtos (e subprodutos) se conectassem a ela: invenções cosméticas, *beachwear*, canções, técnicas de cirurgia plástica, concursos de beleza, moda, entre outros inúmeros e incalculáveis elementos. Todas as visualidades tentaculares, oriundas da cultura de massa, produziram imaginários e subjetivaram práticas sociais em relação à mulher brasileira, seu corpo e sua sexualidade. Foi durante a ditadura militar empresarial que aconteceu a reestruturação do campo da cultura, onde a bunda se tornou efetivamente um subproduto da cultura de massa. A reorganização do chamado mercado de bens simbólicos¹ (BOURDIEU, 1987) permitiu a operacionalização de um amplo e complexo sistema de representação midiático que produzia novos signos

para o consumo visual que capturam o Rio de Janeiro e sua conexão entre corpo e geografia. A operacionalização de novos signos que casavam corpo e espaço derivou da relação da ditadura militar e do empresariado, que criaram novos códigos de nacionalidade, através do consumo visual.

Após o golpe empresarial militar de 1964, o sistema capitalista passou por importantes transformações em seus modelos de acumulação, como sinalizou Renato Ortiz (2012, p. 81). Esses padrões do capital e dominação passaram a ser administrados junto a uma mudança na estrutura produtiva e ideológica simultaneamente. As empresas operaram códigos de brasilidade durante a ditadura, voltando-se para a financeirização da cultura e da ideologia nacional fortemente amparada em questões de raça, sexo e gênero. Um dos aspectos centrais para dar efetividade e potencialidade à expansão da indústria cultural no país foi a constituição de uma rede nacional de telecomunicações a partir dos anos 60. Principalmente capitaneado pela televisão, esse sistema foi suporte tecnológico imprescindível para que a comunicação pudesse integrar o país, ou ao menos suas regiões com maior desenvolvimento industrial, por meio da produção de bens simbólicos orientada pela lógica mercantil da indústria cultural. Aliado a isso, havia também componentes mercadológicos que inseriram o Brasil em um modelo de desenvolvimento voltado para o capital internacional, de acordo com Fábio Crocco (2017).

Entre os elementos mais centrais desse processo encontramos o advento do neoliberalismo com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do sistema produtivo estatal, cuja Era Thatcher-Reagan foi a maior expressão. O processo de reestruturação da produção e do trabalho foi acompanhado pelo aprofundamento da transnacionalização do capital e a expansão do projeto de cinematização com o fortalecimento da indústria cultural. Por isso, o capitalismo passou por uma reestruturação buscando dar novos sentidos a seu projeto de dominação, onde a cultura se tornava a força de produção da economia. O capitalismo, a partir da cultura, instrumentalizou aspectos práticos e pragmáticos próprios a sua reprodução. No período, esses elementos foram efetivados através da arte e da produção de elementos simbólicos que inseriu o *ethos* capitalista do projeto neoliberal. Essa reestruturação do capital, protagonizada pela cultura, trouxe novos elementos de uma economia de gênero, que buscava eleger novos personagens, para promover imaginários morais sobre o Brasil.

O que é interessante é que tudo isso acontece junto a um regime autoritário, que centralizou as ações culturais através de um projeto de integração nacional. O sistema de representação nacional da época recriava as utopias sexuais tropicais em um regime de espacialização pública. Isso reforçava estruturas de poder incorporadas através de práticas sociais por meio das diferenças de raça, de gênero e de classe, que interferiram diretamente na disseminação de signos, de imagens e de produtos.

3 O corpo e a ressexualização da cidade

Segundo Robert Park (1979, p. 25), as cidades são fabricadas através de zonas morais que podem ser organizadas de acordo com a classificação social do espaço em que o erótico pode ser um critério de separação e hierarquização entre territórios da cidade. Nesse sentido, existe uma cartografia e uma geografia sexual que se inscreveu entre os bairros da cidade e que ganha maior visibilidade. Como aponta Maria Luiza Heilborn (1999 p. 99), esses espaços morais, que são atravessados marcos de erotização, se manifestam através de significados associados ao cosmopolitismo ligado ao turismo. A cultura e o turismo de massa que se expandiram a partir dos anos 60 e puderam refletir assim na composição do Rio de Janeiro e seu regime de visibilização e apagamento de corpos considerados abjetos e não-desejáveis. As políticas de remoção de favelas estruturadas por Carlos Lacerda (1960-1965) tiveram grande impacto no período de 1962 a 1973, o que mobilizou um deslocamento compulsório de, no mínimo, 140 mil pessoas de 80 favelas (PESTANA, 2020, p. 301). A cidade se transformava em uma vitrine que atraía o turismo de massa. Para isso, as políticas tornavam possível a remoção das favelas a fim de atenderem as demandas do empresariado da cidade.

Havia uma preocupação com a visibilidade do corpo favelado. Nessa cartografia de desejos, a revista Rio Samba e Carnaval, que era parte do material de divulgação da EMBRATUR, instituição responsável pela divulgação e criação oficial das estratégias de turismo brasileiro, mapeou a Zona Sul como espaços de sociabilidade nos quais a interação buscava, na sedução, a finalidade da troca sexual, como se observa na imagem abaixo (figura 1). A perspectiva turístico-mercadológica inscrevia suas zonas morais como consequência regular da circulação do corpo "bom" e do corpo "abjeto". Deste modo, essas zonas morais de circulação da branquitude bronzeada das classes médias se tornaram produto de uma homogeneização, de uma sucessão de imagens e representações que buscavam transformar o caráter local da cidade do Rio de Janeiro em um signo do Brasil.

como o “bumbum” brasileiro, a depilação “cavada”, os diferentes tipos de biquíni, o Carnaval etc. Como exemplo da economia do consumo e do entretenimento que estimularam uma nova forma de codificar os sentimentos e sentidos, o Arco da Apoteose (figura 3), construído por Oscar Niemeyer, sintetizou bem a mudança do olhar. Criado em 1984, quando o Carnaval assumiu o papel de maior espetáculo da Terra incitando a masturbação multimídia global como construções centrais na subjetividade moderna, a obra retratou o alcance que a bunda passou a ter na cultura de massa no Brasil e no mundo. O desenho faz lembrar as nádegas femininas em um biquíni do tipo fio dental, estruturando a hiperssexualidade e a racialização ideológica da sociedade brasileira.



Fig. 3: Pode-se observar os ângulos do arco formando um biquíni fio dental. Passarela do Samba. Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/portaldoservidor/exibeconteudo?id=5048468> Acesso em: 18 maio 2021.

Niemeyer retratou um sistema simbólico mediador de sexo e de raça sem a presença de garotas nuas, ou mesmo sem a presença de garotas, uma vez que a nudez já havia se convertido efetivamente em produto pornográfico. Foucault (1988) caracterizou a prática sexual no século XIX como disciplinária, tendo em vista os argumentos de penalização a toda atividade de fins reprodutivos, com o controle dos espaços internos. Da mesma forma, Preciado (2010, p. 129) mostrou como a economia industrial usou a função produtiva do espaço doméstico que, ausente de poder, poderia ser caracterizado como feminino. A arquitetura não é produto de uma ordem sexual naturalmente estabelecida, mas sim uma repetição de convenções arquitetônicas que se refazem. Ao recriar a curva como fachada, Niemeyer criava marcos de visibilidade da hiperssexualidade heterossexual, permitindo o acesso à economia do espetáculo propiciada pela cultura de massa e à espacialização do sexo, associado ao Rio de Janeiro e seu Carnaval. Ele integrou a representação pública da sexualidade, da indústria cultural: uma arquitetura multimídia inspirada pela cultura de massa e da promoção do Carnaval atrelada à cidade do Rio de Janeiro.

De modo a radicalizar a experiência utopia sexual local como espaço popular mercantilizável globalmente, Niemeyer transformou a exterioridade com uma espacialização pública dos regimes de controle do corpo e tornando-os parte do consumo visual da cidade. Assim, ele não só comercializou uma cultura visual, ele ritualizou o corpo e a bunda junto ao espaço popular de produção, de circulação do prazer e de pornografia, fortalecendo uma economia sexual local-global voltada para a cultura de massa. O corpo e sua materialidade sexual, racial e estética passou a incorporar as tecnologias de poder efetivamente dispostas a torná-los uma engrenagem em uma economia visual que os inventava, produzindo como efeito de poder uma cartografia sexo-espaço que designava ao homem branco fluxos de circulação.

A bunda é e foi o interpretante perfeito para uma economia do sul do mundo que nacionalizou suas tecnologias de representação, junto ao fortalecimento da indústria cultural e o avanço do neoliberalismo. A verdade sexual que criou a bunda sustentou todas as práticas e discursos que regularmente a reelaboram. Para destituí-la do estatuto de verdade que nos é imposto, é necessário desnudar as camadas discursivas que produziram uma rede de poderes e saberes que vincularam a bunda a um projeto sexopolítico nacional. Por ela ter sido um agente tão potente da história nos anos 1970 e 1980, a sua força semiótica elaborou sua própria economia simbólica onde os significantes se recriam continuamente.

A noção binária que reproduz diferenças entre Norte e Sul, tais como racional e irracional, natureza e cultura, mente e corpo, são elementos constitutivos da hierarquização produzida pela relação colonial. É importante lembrar que a construção da bunda como um signo de nacionalidade se produz a partir do próprio lugar que o Brasil ocupa no mundo. Enquanto o Norte e suas teorias representam o avanço intelectual e científico, a "geografia anatomizada do mundo" (PELUCIO, 2012, p. 11) permite entender o Sul como o "cu do mundo", como arquitetura do fracasso racional, da debilidade ética e moral e da animalização dos corpos. As experiências latinoamericanas mostram que racialização e sexualização foram parte constitutiva da experiência da colonialidade de gênero, como aponta Lugones (2007).

Nos anos 1990, ela se reterritorializou promovendo, junto à Bahia, novos marcos de visibilidade. O Axé baiano perpetuava os regimes de controle do corpo, a espacialização pública da heterossexualidade, a erótica colonial para o consumo de massa e a mestiçagem. Por outro lado, trazia também novos códigos de negritude, de linguagem, de corpo e de estética. Nos anos 2000, a bunda também operou como interpretante da economia simbólica do funk carioca, o Rio de Janeiro novamente abria os braços para o consumo visual. A favela e sua potência criadora tentava derrubar culturalmente a Zona Sul, moldada historicamente como principal personagem das transformações históricas, onde reconduzia a bunda a uma série de símbolos, de novas formas e de padrões estéticos.

Referências

BISPO, A. A. (Ed.). O Pão de Açúcar na recepção cultural do Brasil na Europa. Vistas e visões na pintura, fotografia e na literatura de viagens: K. Oenike (1862-1924), A. Funke (1869-1941), K. Guenther (1874-1955) e outros. **Revista Brasil-Europa: Correspondência Euro-Brasileira** 156/3. 2015. Disponível em: http://revista.brasil-europa.eu/156/Pao_de_Acucar_na_Recepcao_Cultural.html. Acesso em: 28 de maio de 2021.

BOSCATTI, A. **A bunda e a "natureza" nacional**: A fabricação sexopolítica da brasilidade nos anos 70 e 80. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

COWAN, B. **Securing Sex**: Morality and Repression in the Making of Cold War Brazil. The University of North Carolina Press, 2016.

CROCCO, F. Sobre o papel desempenhado pela cultura no projeto neoliberal. **Revista Contemporânea**, v. 7, n. 1 p. 149-166 jan- jun 2017.

EMBRATUR. **Rio Samba e Carnaval**. n. 3, 1974.

EMBRATUR. **Rio Samba e Carnaval**. n. 15, 1986.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HEILBORN, ML. Corpos na cidade: sedução e sexualidade, in: VELHO, Gilberto (org.). **Antropologia Urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, p. 93-102.

LUGONES, M., Heterosexualism and the Colonial / Modern Gender System. **Hypatia** v. 22, n. 1 Winter, 2007.

MALYSSE, S. Em busca dos (H)alteres-ego: Olhares franceses nos bastidores da corpolatria carioca. In: **Nú & vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca**, Mirian Goldenberg (org) - 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2007.

MCCLINTOCK, A. **Couro Imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Tradução Plínio Dentizien. Campinas: UNICAMP, 2010.

OLIVEIRA, C. Rio femme – mulher Rio: a representação do amor e da sexualidade nas revistas ilustradas cariocas Fon-Fon! e Para Todos... (1900-1930). **ArtCultura**, Uberlândia, v. 10, n. 16, 2008.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira & identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

ORTNER B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, M.; LAMPHERE, L. (Coords). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 95-120. 1979.

PARK, R. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano in: VELHO, O. (org). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar. 1979.

PELUCIO, L. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea**. São Carlos. 2012 Disponível em : <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/89>. Acesso em: 15 jun 2021.

PESTANA, M. Regimes políticos e remoções de favela no Rio de Janeiro (1962-1973). In: **Empresariado e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020

PRECIADO, P. **Texto Yonqui**. Editorial Espasa Calpe, Madrid, 2008.

PRECIADO, P. **Pornotopia. Arquitectura y sexualidad en "Playboy" durante la guerra fría**. Barcelona: Anagrama, 2010

PRECIADO, P. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". **Rev. Estud. Fem.** v. 19, n. 1, Florianópolis, jan.-apr. 2011.

SANTOS, G. A representação da mulata no imaginário social cubano. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 21, p. 90-124, jul.-dez., 2016.

SCHWARCZ, L. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SIQUEIRA, E. Corpo, mito e imaginário nos postais das praias cariocas. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação São Paulo**, v. 34, n. 1, p. 169-187, jan.-jun. 2011.

1 Para Bourdieu um bem simbólico é quando se atribui valor mercantil a um objeto artístico ou cultural, sendo consagrado pelas leis do mercado ao valor de mercadoria. Para esses objetos é formado um grupo consumidor, bem como de produtores de bens simbólicos.

2 É importante lembrar que, no período, "oficializa-se" a pornografia como um produto de massa ligado a grandes editoras nacionais e internacionais. Apesar da censura atuar individualmente, os militares não agiam de modo a impedi-la estruturalmente, pelo contrário, se beneficiaram dela para promover imaginários sobre o Brasil.

3 Diga-se heterossexual.